

POSSIBILIDADE DE PREENCHIMENTO DE GABARITO POR ALUNO COM LIMITAÇÕES MOTORAS E/OU COGNITIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE AVALIAÇÕES EXTERNAS

Maria Rani de Freitas Monteiro
Dr. Lucas da Silva Melgaço (orientador)

Introdução

A inclusão escolar é um dos grandes desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro. Alunos com limitações motoras e/ou cognitivas ainda encontram barreiras para participar de avaliações externas, que utilizam o gabarito padrão para marcação de alternativas de respostas em provas. Destaca-se que tais instrumentos avaliativos são fundamentais para a mensuração do aprendizado e a formulação de políticas públicas.

Na pretensão de superar essas barreiras e promover o processo educacional de modo mais equitativo, o desenvolvimento e a implementação de tecnologias assistivas apresentam-se como soluções inovadoras e promissoras para facilitar o processo de inclusão e acessibilidade nas escolas. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva propor a construção de uma tecnologia assistiva para a inclusão de alunos com limitações motoras e/ou cognitiva, no desenvolvimento de avaliações externas.

A ideia teve origem no chão da sala de aula, ou seja, partiu da experiência de observação dos autores, em momentos de aplicação de provas de avaliações externas, em turmas regulares inclusivas de alunos no Ensino Fundamental, dos sistemas públicos de ensino. A partir da percepção de dificuldades na marcação do cartão resposta, foi observado que os registros ultrapassavam os limites gráficos das alternativas, ocasionando rasuras devido ao descontrole manual durante o preenchimento do espaço correspondente a cada item respondido. Ação essa que, por vez, impacta no resultado das respostas e corrobora para a exclusão do aluno no processo avaliativo como um todo.

Observação da realidade

A observação pelos autores em atos de aplicações de provas externas, considerando os aspectos específicos da marcação do gabarito, geraram momentos reflexivos, uma vez que descortinaram questões reais da prática vivida pelos alunos com necessidades educacionais especiais, participantes de feitos avaliativos.

Com existência de um número significativo de alunos com limitações motoras e/ou cognitivas, emergem dificuldades para efetivação da participação destes em testes avaliativos externos, devido falta de recursos adequados às suas necessidades específicas: seja um instrumento de auxílio à inclusão, no qual permita o aluno responder os testes de forma autônoma, ou até mesmo apoio humano, como é caso da ajuda de Ledores e Transcritores. Essa constatação trouxe à tona a urgência de soluções práticas que pudessem garantir a participação plena desses estudantes em momentos avaliativos.

A partir desse contexto, foram identificados quatro pontos principais que exigiam atenção, a saber:

- A falta de acessibilidade nos instrumentos de avaliação, considerando, especificamente, a marcação dos gabaritos;
- Formação de profissionais para intervenção individualizada;
- A carência de políticas educacionais que garantam a inclusão desses alunos nas avaliações.
- A exclusão dos alunos com deficiência no cálculo da média ponderada da turma/escola nos resultados de avaliações externas.

Na consideração desses fatos, deve-se refletir o quanto a educação, no âmbito da escola, é inclusiva, de qualidade, e propõe o desenvolvimento integral dos estudantes a partir de concepções de equidade, com fito de dirimir as desigualdades sociais.

Desenvolvimento teórico

De acordo com Luckesi (2011), a avaliação deve ser vista como um processo inclusivo e formativo, no qual todos os alunos têm direito a demonstrar seus conhecimentos e suas possibilidades.

Lucchiari e Nesi (2016) somatizam a essa temática a importância da tecnologia assistiva (TA) como uma ferramenta fundamental ao processo de inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar. Defendem que a TA viabiliza o acesso ao currículo, e também facilita a dinâmica das aulas nas atividades escolares, oportunizando uma experiência de aprendizagem mais equitativa. Mantoan (2015), além do que já foi dito, reforça também o uso dessas tecnologias, por viabilizarem a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

Para tanto, faz-se necessário uma formação docente na implementação dessas ferramentas, para que sejam aplicadas de forma eficaz, atendendo às necessidades específicas dos estudantes, como sinalizam Piaget (2006) e Vygotsky (1998), quando centraliza a abordagem educativa no aluno, e Moran e Bacich (2018) ao destacar a relevância das metodologias ativas no desenvolvimento do processo educativo.

Esses argumentos são reforçados pela Lei nº 13.146 de 2015, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que visa criar condições igualitárias para o pleno desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, viabilizando direito à educação inclusiva, efetiva, com a oferta de recursos, apoio adequado, favorecendo condições igualitárias para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

E a Organização das Nações Unidas (2015) reconhece a evolução no período histórico educativo e aponta um aumento significativo no debate e implementação de políticas voltadas para a ampliação do acesso ao ensino sem discriminação, nas diferentes esferas educativas. Esses estudos e iniciativas estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que priorizam a educação inclusiva.

É essencial destacar que os recursos de Tecnologia Assistiva (TA) atuam como mediadores e impulsionadores da interação social das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a TA pode ser vista como um instrumento privilegiado que catalisa e estimula a criação de novas oportunidades e caminhos para o aprendizado e desenvolvimento daqueles com algum tipo de deficiência. Esses recursos promovem o “empoderamento” das pessoas, permitindo-lhes interagir, relacionar-se e competir em seu ambiente com as ferramentas adequadas (Galvão, 2009).

Na prática geral, os testes realizados pelos institutos de avaliações externas propostas pelo Ministério da Educação e Cultura e pelos órgãos públicos de educação, estaduais e municipais brasileiros, para analisar e acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino nas redes escolares, são diagnósticos com gabaritos. Essa prática é aplicada tanto em escolas privadas quanto públicas ao longo do ano letivo, assim como no ingresso de alunos nas faculdades e universidades do país.

A partir desse cenário, a presente pesquisa busca atender às necessidades dos alunos com deficiência cognitiva e/ou motora no desempenho em provas objetivas, proporcionando acessibilidade e ganho de tempo durante as marcações dos testes diagnósticos desde o ensino básico até a pós-graduação. Através de uma tecnologia de baixo custo financeiro, com a possibilidade de aplicações práticas a nível local e nacional.

Propõe-se o uso de dois gabaritos universais como instrumentos prioritários, para desenvolver a autonomia, independência e segurança do estudante com deficiência, nos processos avaliativos externos.

Hipóteses de solução e aplicação na realidade

A ideia de desenvolvimento de uma tecnologia assistiva educacional, adaptada para o uso em avaliações externas por alunos com limitações motoras e/ou cognitivas, considerando a marcação das alternativas em gabarito, apresenta-se como hipótese de solução para a inclusão destes sujeitos no contexto observado.

Portanto, defende-se que o uso de dois gabaritos universais: um como modelo universal padrão, e outro seguindo o mesmo modelo do anterior, porém em alto relevo, poderá atender às necessidades específicas de cada aluno com dificuldades motoras e/ou cognitivas no momento da marcação das alternativas de respostas, possibilitando, desta forma, o protagonista discente.

Logo, os gabaritos construídos, enquanto ferramentas assistivas, poderão ser aplicados em ambientes escolares com alunos que participam de momentos avaliativos externos, garantindo a acessibilidade quanto à efetivação da plena participação nessas sistemáticas. Seus usos visam possibilitar a autonomia do estudante em suas marcações de gabaritos, sem que esse momento seja invalidado, considerando a promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Considerações finais

A construção e aplicação de uma tecnologia assistiva no contexto educacional para alunos com limitações motoras e/ou cognitivas mostra-se como uma prática fundamental para garantir a inclusão nas avaliações externas. A partir desse discurso foi possível contextualizar a realidade, de modo a identificar os problemas centrais e teorizar com base em diferentes autores, formular hipóteses de solução e aplicar essas soluções na prática.

Portanto, conclui-se que as tecnologias assistivas são ferramentas essenciais para a promoção da equidade educacional possibilitando a inclusão de todos os alunos. No entanto, é necessário que as políticas públicas sejam reforçadas para garantir a implementação eficaz dessas tecnologias nos diferentes ambientes escolares, além da contínua formação dos profissionais da educação para a consecução dessas tecnologias.

Referências

- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 21 de outubro de 2024.
- GALVÃO FILHO, T. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- LUCCHIARI, Carlos Alberto; NESI, Carina Carla. **Tecnologia assistiva: inclusão escolar de alunos com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2016.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 6. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MORAN, José Manuel; BACICH, Lilian. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- PIAGET, Jean. **Biológico e cognitivo sem desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Mente na sociedade: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.